



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº : 13805.003924/97-12  
Recurso nº : 116.585 - EX OFFICIO  
Matéria : IRPJ - EX: 1993  
Recorrente : DRJ EM SÃO PAULO/SP  
Interessada : COMPANHIA TROPICAL DE HOTÉIS  
Sessão de : 13 DE OUTUBRO DE 1998  
Acórdão nº : 103-19.676

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. RECURSO EX OFFICIO - Cabe a este Conselho apreciar os recursos ex officio apresentados pelos Delegados da Receita Federal de Julgamento somente quando o sujeito passivo for exonerado do pagamento de tributo e encargos de multa de valor total superior a R\$ 500.000,00, conforme disposto na Portaria MF nº. 333/97. Não se conhece do recurso ex officio quando o valor do crédito tributário exonerado não excede o limite de alçada

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pelo DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO EM SÃO PAULO/SP.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NÃO TOMAR CONHECIMENTO do recurso EX OFFÍCIO abaixo do limite de alçada, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

  
CANDIDO RODRIGUES NEUBER  
PRESIDENTE

  
MARCIO MACHADO CALDEIRA  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 13 NOV 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: EDSON VIANNA DE BRITO, ANTENOR DE BARROS LEITE FILHO, NEICYR DE ALMEIDA E VICTOR LUÍS DE SALLES FREIRE. Ausentes, os Conselheiros SANDRA MARIA DIAS NUNES E SILVIO GOMES CARDOZO.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 13805. 003924/97-12  
Acórdão nº : 103-19.676  
Recurso nº. : 116.585 - *EX OFFICIO*  
Recorrente : DRJ EM SÃO PAULO/SP  
Interessada : COMPANHIA TROPICAL DE HOTÉIS

RELATÓRIO

O Delegado da Receita Federal de Julgamento em São Paulo/SP declarou nulo o lançamento consubstanciado na Notificação de Lançamento eletrônica de fls. 06/07, em virtude de a mesma não ter sido emitida em conformidade com os requisitos dispostos no art. 142 do CTN e art. 11 do Decreto nº 70.235/72.

Deste ato a autoridade singular recorre de ofício a este Colegiado, tendo em vista que o valor total do lançamento declarado nulo excede a R\$ 124.305,00, nos termos do art. 34, inciso I, do Decreto nº 70.235/72, com a nova redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.748/93, combinado com o art. 30 da Lei nº 9.249/95.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 13805. 003924/97-12  
Acórdão nº : 103-19.676

VOTO

Conselheiro MÁRCIO MACHADO CALDEIRA, Relator

A Portaria MF nº. 333 de 11/12/97, reportando-se ao limite de alçada do art. 34, inciso I, do Decreto nº 70.235/72, determinou que o *recurso ex officio* teria que ser apresentado quando a autoridade monocrática procedesse à exoneração de tributo e encargos de multa de valor total (lançamento principal e decorrentes) superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Analisando-se a Notificação de Lançamento de fls. 4/7 vê-se que o crédito tributário nela lançado (imposto + multa) perfaz o total de R\$ 390.810,43.

Neste sentido, em atenção ao disposto na Portaria MF nº. 333/97 não cabe a este Colegiado apreciar o *recurso ex officio* apresentado nos presentes autos.

Destarte, decido por não conhecer o *recurso ex officio* apresentado pela autoridade *a quo*.

Sala das Sessões - DF, em 13 de outubro de 1998

  
MÁRCIO MACHADO CALDEIRA

